

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ nº 31.321.885/0001-54

NIRE nº 31 3 0012769-9

Endereço: na altura do Km 3,25 da MG-496, S/N, Parte, Zona Rural - Pirapora - MG - 39277-899

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. ("Lar do Sol II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Lar do Sol II é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Lar do Sol 5, com capacidade instalada de 49,5 MW e garantia física de 13,3 MWm. A Central Fotovoltaica Lar do Sol 5 é uma das 4 Centrais Fotovoltaicas (Centrais) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol, localizado no município de Pirapora, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A Companhia é uma controlada da ENGIE Lar do Sol Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Em 28.10.2023 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a ENGIE Brasil Energia Complementares Participações Ltda. ("ECP"), controlada direta da ENGIE, na qualidade de compradora, e a GIP Helios II S.A., na qualidade de vendedor, o qual regula a aquisição pela ECP da totalidade das ações de emissão da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. ("Atlas Renovável") e da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. ("Atlas Holding 2" e, em conjunto com Atlas Renovável, denominadas "Atlas") e, por consequência, das ações de emissão do Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol detidas pela Atlas.

A operação de aquisição da Lar do Sol I pela ECP foi concluída em 06.03.2024, após cumprimento das condições precedentes.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 104,7 GWh.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	18.953	27.847	(8.894)	(31,9)
Lucro bruto	2.158	19.346	(17.188)	(88,8)
Margem bruta	11,4%	69,5%		(-58,1 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	(19.589)	19.148	(38.737)	(202,3)
Ebitda (Lajida) ¹	(12.370)	22.269	(34.639)	(155,5)
Margem Ebitda (Lajida)	-65,3%	80,0%		(-145,3 p.p.)
Resultado financeiro	(9.294)	(3.265)	(6.029)	184,7
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(29.997)	14.494	(44.491)	(307,0)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução decorreu, substancialmente, pela (i) geração de energia em quantidade inferior ao ano anterior e consequente redução da quantidade faturada; e (ii) pela redução no preço da energia comercializada entre os exercícios.

Resultado financeiro: o aumento da despesa financeira é proveniente, substancialmente, do aumento de juros e variação monetária sobre financiamento, em decorrência da entrada em operação do parque gerador e o fim da capitalização das despesas financeiras.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados em conjunto com o reconhecimento de *impairment* relativos à obsolescência econômica do parque gerador.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2024.

A Administração

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
CNPJ Nº 31.321.885/0001-54| NIRE Nº 31 3 0012769-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.695	14.050
Contas a receber de clientes	5	2.981	5.464
Outros ativos circulantes		1.109	465
		12.785	19.979
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	2.991	3.309
		2.991	3.309
Imobilizado	7	210.129	243.782
		213.120	247.091
TOTAL		225.905	267.070
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.579	2.462
Dividendos		3.211	3.211
Financiamento	10	2.514	5.990
Outros passivos circulantes		552	967
		7.856	12.630
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.885	3.897
Financiamento	10	100.138	102.923
Provisão para desmobilização	7	3.002	6.599
		107.025	113.419
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		130.713	130.713
Reservas de lucros		-	10.308
Prejuízos acumulados		(19.689)	-
		111.024	141.021
TOTAL		225.905	267.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
CNPJ Nº 31.321.885/0001-54| NIRE Nº 31 3 0012769-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	18.953	27.847
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(7.219)	(3.121)
Serviços de terceiros		(2.186)	(1.186)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(3.391)	(3.071)
Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo		(1.910)	-
Outros		(2.089)	(1.123)
		(16.795)	(8.501)
LUCRO BRUTO		2.158	19.346
Despesas operacionais			
<i>Impairment</i>	7	(21.633)	-
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(114)	(198)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(19.589)	19.148
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.393	871
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		161	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.256)	(2.421)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(336)	(91)
Juros sobre arrendamentos	11	(511)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(2.745)	(1.624)
		(9.294)	(3.265)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(28.883)	15.883
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Imposto de renda		(761)	(939)
Contribuição social		(353)	(450)
		(1.114)	(1.389)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(29.997)	14.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
CNPJ N° 31.321.885/0001-54| NIRE N° 31 3 0012769-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
(PREJÚZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(29.997)	14.494
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(29.997)	14.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
CNPJ Nº 31.321.885/0001-54 | NIRE Nº 31 3 0012769-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022		131.212	(499)	-	-	(975)	129.738
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.494	14.494
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	-	676	-	(676)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.211)	(3.211)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	9.632	(9.632)	-
Saldos em 31.12.2023	11	131.212	(499)	676	9.632	-	141.021
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(29.997)	(29.997)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(676)	(9.632)	10.308	-
Saldos em 31.12.2024	11	131.212	(499)	-	-	(19.689)	111.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
CNPJ Nº 31.321.885/0001-54| NIRE Nº 31 3 0012769-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(28.883)	15.883
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Juros e variação monetária sobre financiamento	7.256	2.469
Depreciação e amortização	7.219	3.233
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	336	91
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida	(161)	-
Impairment	21.633	-
Outros	(97)	189
Resultado antes dos tributos ajustado	7.303	21.865
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	2.483	(5.445)
Outros ativos	(644)	294
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(895)	(1.023)
Outros	(415)	(167)
Caixa gerado nas operações	7.832	15.524
Pagamentos de juros sobre financiamento	(8.020)	(543)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.017)	(891)
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.205)	14.090
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	868	(21.528)
Caixa líquido das atividades de investimento	868	(21.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(5.497)	(466)
Pagamento de arrendamentos	-	(218)
Depósitos vinculados	479	293
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.018)	(391)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.355)	(7.829)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	14.050	21.879
Saldo final	8.695	14.050
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.355)	(7.829)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 17 - Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
CNPJ Nº 31.321.885/0001-54 | NIRE Nº 31 3 0012769-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. ("Lar do Sol II" ou "Companhia"), com sede no município de Pirapora, estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 27.08.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte solar.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Geradora Fotovoltaica Lar do Sol 5 ("Usina"), as quais estão localizadas no município de Pirapora (MG) e possuem em conjunto capacidade instalada de 49,5 MW¹. Devido ao modelo de operação as Usinas não possuem garantia física declarada. Em 07.2023, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia tem sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carbocloso S.A., com período de suprimento de 01.01.2024 à 31.12.2042, no qual a Companhia fornecerá 107 GWh por ano.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2025.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Fornecedores

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

i) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

j) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	592	92
Aplicações financeiras	8.103	13.958
	8.695	14.050

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial). Em 2023 a Companhia mantinha aplicações financeiras em CDB de liquidez imediata com remuneração atrelada à variação do CDI em média 97,04% em 31.12.2023.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2024	31.12.2023
Unipar Carbocloro S.A.	1.632	-
Comercializadoras	1.304	5.380
Transações no mercado de energia de curto prazo	45	84
	2.981	5.464

O saldo a receber da Unipar Carbocloro corresponde ao contrato de venda de energia por autoprodução com vencimento em dezembro de 2042. Mais detalhes vide Nota 16 – Transações com partes relacionadas.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 2.991 (R\$ 3.309 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia tem a obrigação de manter em depósito 2,5% do valor da dívida.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2024			31.12.2023			
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,64%	216.453	(10.053)	206.400	242.990	(3.067)	239.923
Direito de uso de arrendamentos	13,90%	3.914	(185)	3.729	3.914	(55)	3.859
		220.367	(10.238)	210.129	246.904	(3.122)	243.782

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Direito de uso de arrendamentos	Em curso	Total
--	-------------------------	---------------------------------	----------	-------

Saldos em 31.12.2022	-	-	209.926	209.926
Ingressos	-	3.914	33.064	36.978
Ingresso - Provisão para desmobilização	-	-	-	-
Transferências	242.990	-	(242.990)	-
Depreciação	(3.067)	(55)	-	(3.122)
Saldos em 31.12.2023	239.923	3.859	-	243.782
Reversão de provisão para desmobilização	(3.933)	-	-	(3.933)
Baixas	(868)	-	-	(868)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativo	(21.633)	-	-	(21.633)
Depreciação	(7.089)	(130)	-	(7.219)
Saldos em 31.12.2024	206.400	3.729	-	210.129

c) Provisão para desmobilização

Em 2023, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque solar, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,7%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R\$ 3.002 (R\$ 6.599 em 31.12.2023), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 336 registrada no resultado do exercício de 31.12.2024 (R\$ 91 em 31.12.2023) e (ii) redução de R\$ 3.933 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativo

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, em 31.12.2024 a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$ 21.633, relativos à obsolescência econômica do parque gerador.

e) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Geradora Fotovoltaica Lar do Sol 5, com capacidade instalada de 49,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 04.2019.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	3.898	3.909
Fornecedores de materiais e serviços	1.292	2.450
Encargos de uso da rede elétrica	274	-
	5.464	6.359
Passivo circulante	1.579	2.462
Passivo não circulante	3.885	3.897
	5.464	6.359

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,8%	4,9%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	102.652	(93)	(1.057)	317

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	102.652	108.913
(-) Depósitos vinculados	(2.991)	(3.309)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.695)	(14.050)
Dívida líquida	90.966	91.554
Patrimônio líquido	111.024	141.021
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,8	0,6

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a Unipar Carbocloro S.A., acionista minoritário da Companhia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.579	1.045	1.045	12.239	15.908
Financiamento	5.166	10.729	11.763	108.456	136.114
	6.745	11.774	12.808	120.695	152.022

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	8.103	13.958
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	592	92
Contas a receber de clientes	2.981	5.464
Depósitos vinculados	2.991	3.309
	14.667	22.823
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	5.464	6.359
Financiamento	102.652	108.913
	108.116	115.272

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2022	101.672
Juros e V.M.	2.469
Juros e V.M. capitalizados	5.829
Amortização do principal	(466)
Amortização de juros	(591)
Saldos em 31.12.2023	108.913
Juros e V.M.	7.256
Amortização do principal	(5.497)
Amortização de juros	(8.020)
Saldos em 31.12.2024	102.652
Passivo circulante	2.514
Passivo não circulante	100.138
	102.652

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	2.541
2027	2.899
2028	3.249
2029	3.539
2030	3.828
2031 a 2035	22.988
2036 a 2040	25.650
2041 a 2045	35.444
	100.138

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento	
		Vencimento	Principal e encargos
BNDES	IPCA + 3,15% a.a. (sem BA ¹) IPCA + 2,68% a.a. (com BA ¹)	11.2045	Mensais

1) Bônus de Adimplemento: condição de redução pelo fator 0,85 aplicada aos juros incorridos nas parcelas do serviço da dívida pagas em dia. Condição prevista para os financiamentos por receberem recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) garantia fidejussória por Lar do Sol Holding e Engie Brasil Holding 2; (ii) alienação fiduciária de quotas da Companhia, de titularidade dos sócios; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia; (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto; (v) compromisso de aporte de capital na Companhia, pelos sócios; (vi) solidariedade entre as SPEs; (vii) cessão gratuita do direito de superfície; e (viii) fiança bancária vigente até a comprovação do Aporte Total.

Dívida	Covenants
BNB	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ ≥ 1,30

1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A Companhia foi dispensada de cumprimento de covenants no exercício de 2024.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 e 31.12.2023 era de R\$ 130.713, dividido em 24.485.918 ações, todas escriturais e sem valor nominativo, sendo 12.242.959 ações ordinárias e 12.242.959 ações preferenciais, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. A composição do capital social da Companhia é como se segue:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
ENGIE Lar do Sol Holding II S.A.	122.430	12.242.959	12.365.389	50,5
Unipar Carbocloro S.A.	12.120.529	-	12.120.529	49,5

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

Do lucro líquido destinado as ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendos por ação iguais a 8,9 vezes o valor dos dividendos por ação ordinária, sendo obrigatório respeitar a proporção de 1:8,9 (uma ação ordinária por 8,9 ações ordinárias), conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Peso 1:8,9	Proporção	Total	Participação
ENGIE Lar do Sol Holding II S.A.	122.430	12.242.959	8,9	108.962.335	109.084.765	90%
Unipar Carbocloro S.A.	12.120.529	-			12.120.529	10%

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia. No exercício de 2024 a reserva de retenção de lucros foi utilizada para compensar o prejuízo do exercício.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Unipar Carbocloro S.A.	19.631	-
Receita contrato de energia (ACL)	-	27.376
ENGIE Lar do Sol Holding Ltda.	-	1.304
Transações no mercado de curto prazo	40	221
	19.671	28.901
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(718)	(1.054)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.953	27.847

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	19.671	19.671	28.901	28.901
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.574	2.361	2.312	3.468
Receita financeira	1.564	1.564	-	-
Outras		-	1.537	1.537
Base de cálculo	3.138	3.925	3.849	5.005
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(785)	(353)	(963)	(450)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(761)	(353)	(939)	(450)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 90.558.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2032. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 4.223.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 858.223 e R\$ 122.092, respectivamente, na data base de 31.12.2024. A vigência do seguro vai até 31.05.2025.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2024 foi de R\$ 39.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada Unipar Carbocloro S.A. no ambiente de contratação livre na modalidade de autoprodução, com vencimento em 2042, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2024 é de R\$ 350.969. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2024	2023
Compensação de imposto retido na fonte	(248)	-

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo
SC 038020/O-8



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL II S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 25 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O